



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais elétricos, de escritório, de limpeza, eletrônicos, Equipamento de Proteção Individual (EPI), descartáveis e açúcar necessários ao atendimento das demandas de manutenção da infraestrutura, agravada pela antiguidade das instalações, assim como para atender as demais carências da sede da Sureg/RO e suas Unidades Armazenadoras (Cacoal e Porto Velho), conforme especificações, condições e quantidades estabelecidas neste instrumento.

Item	Catmat	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	440972	Abraçadeira de nylon, comprimento: 100mm, largura: 2,50mm, pacote com 100 unidades	Pacote	03	11,34	34,02
2	601320	Abraçadeira de nylon, comprimento: 200mm, largura: 2,50mm, pacote com 100 unidades	Pacote	03	14,05	42,15
3	463988	Açúcar refinado tipo cristal, acondicionado em embalagem plástica lacrada de até 01 (um) kg, com todas as informações pertinentes ao produto, previsto na legislação vigente, constando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Validade mínima: 12 meses no ato da entrega	Embalagem	24	6,80	163,20
4	273117	Almofada para carimbo nº 2, cor preta	Unidade	11	9,86	108,46
5	411291	Bateria CR 2032, 3 volts	Unidade	25	6,12	153,00
6	317868	Caneta esferográfica, cor tinta azul, equivalente ou de melhor qualidade, caixa com 50 unidades	Caixa	02	45,66	91,32
7	407218	Caneta esferográfica, cor tinta preta, equivalente ou de melhor qualidade, caixa com 50 unidades	Caixa	01	45,66	45,66
8	279313	Caneta marca texto cor amarela, com ponta chanfrada	Unidade	50	4,04	202,00
9	272505	Clips para papel, número 4/0, em aço niquelado, caixa com 50 unidades	Caixa	25	9,47	236,75
10	483432	Clipe para papel, número 6/0, em aço, caixa com 100 unidades	Caixa	03	24,66	73,98
11	458597	Clipe para papel, número 8/0, em aço, caixa com 100 unidades	Caixa	03	28,08	84,24
12	419219	Copo descartável de 200 ml, poliestireno, pacote com 100 unidades, Atóxico, de Acordo c/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Branca	Pacote	32	10,84	346,88
13	419309	Copo descartável de 50 ml, poliestireno, pacote com 100 unidades, Atóxico, de Acordo c/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Branca	Pacote	118	5,75	678,50
14	449798	Detergente líquido, lava louças, embalagem de 500 ml, biodegradável, com pH neutro	Frasco	12	5,50	66,00
15	481119	Espunja abrasiva multiuso, dupla face, cor verde e amarela, tamanho 11 x 7,4 x 2,3 cm, pacote com 4 unidades	Pacote	03	7,44	22,32
16	407480	Extensão prolongadora, com 5 m; modelo tripolar na entrada e saídas, com novo padrão; certificação do Inmetro; padrão de entrada/saída de 10 amperes	Unidade	04	69,98	279,92
17	484062	Extensão prolongadora, com 5 m; modelo tripolar na entrada e saídas, com novo padrão; certificação do Inmetro; padrão de entrada/saída de 20 amperes	Unidade	02	103,25	206,50
18	393438	Ferro de soldar, com solda estanho, potência: 60w, material de proteção contra temperatura do cabo de silicone, 127v, cabo de 1m, ponteira de haste metálica, com suporte de metal para descanso	Unidade	01	69,85	69,85
19	421088	Filtro de linha, com 6 tomadas; cabo com, no mínimo, 3 metros de extensão; projeção contra surto com fusível ou disjuntor; modelo tripolar novo padrão na entrada e saídas; certificação do Inmetro; padrão de entrada/saída de 10 amperes	Unidade	04	62,69	250,76
20	224596	Fio elétrico flexível, bitola 2,5mm, tensão 750 volts, rolo com 100m, uma na cor preta outro na cor branca ou azul	Rolo	02	171,60	343,20
21	279059	Fita adesiva transparente, dimensões mínimas 45mm x 45m	Unidade	30	8,77	263,10
22	244698	Grampo galvanizado para grampeador, tipo 23/10, caixa com 1000 unidades	Caixa	05	16,46	82,30
23	425226	Grampo galvanizado para grampeador, tipo 26/6, caixa com 5000 unidades	Caixa	10	13,04	130,40
24	293348	Guardanapo de papel, folha dupla, tamanho 24 cm x 22 cm, 100% feito de celulose de alta qualidade e maciez, pacote com 50 unidades	Pacote	170	4,74	805,80
25	449215	Lâmpada de LED, 15w, tipo bulbo, luz branca fria, 6.500k, bivolt	Unidade	200	9,91	1.982,00
26	460757	Lâmpada de LED, 200w, E27 ou E40, tipo bulbo, luz branca fria, 6.500k, bivolt	Unidade	12	203,30	2.439,60

27	468628	Lâmpada de LED, 20w, tipo bulbo, luz branca fria, 6.500k, bivolt	Unidade	30	17,20	516,00
28	448671	Lâmpada de LED, 30w, luz branca fria, 6.500k, E-27, bivolt	Unidade	200	20,13	4.026,00
29	461828	Papel ofício xerográfico, 75 g/m ² , A4 resma com 500 folhas	Resma	22	31,15	685,30
30	319792	Pilha alcalina AA, 1,5 volts	Unidade	30	3,84	115,20
31	246685	Pilha alcalina AAA, 1,5 volts	Unidade	108	3,10	334,80
32	394477	Pincel atômico, cor preta ou azul, dimensões: 15 x 6 x 2 cm; 50 g	Unidade	27	8,33	224,91
33	470261	Refletor de LED, potência: 200W, certificação IP66 à prova d'água, bateria de lítio 25Ah, luz branca fria, 6.000K, luminosidade: 16000 lumens	Unidade	10	161,06	1.610,60
34	470262	Refletor de LED, potência: 30W, bivolt, certificação IP66 à prova d'água, luz branca fria, 6.500K, luminosidade: 2700 lumens	Unidade	04	80,71	322,84
35	458575	Refletor de LED, potência: 50W, bivolt, certificação IP66 à prova d'água, luz branca fria, 6.500K, luminosidade: 4500 lumens	Unidade	04	120,97	483,88
36	339103	Relé fotoelétrico, bivolt, sem base	Unidade	10	39,19	391,90
37	296362	Filtro combinado 9000 tipo A2 B2 P2, com indicação para proteção contra vapores orgânicos, gases ácidos, dióxido de enxofre, amônia, mais poeiras, névoas e fumos; com aplicação em locais onde serão usados produtos químicos. Validade mínima: 12 meses no ato da entrega	Unidade	10	201,50	2.015,00
Valor total (R\$)						19.928,34

1.2. O custo total estimado para aquisição dos produtos objetos deste Termo de Referência é de **R\$ 19.928,34 (dezenove mil, novecentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos)**. O critério utilizado para a formação da estimativa foi a **MÉDIA** dos preços obtida por meio da pesquisa realizada no Painel de Preços do Governo Federal.

1.3. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO OFERTADO POR ITEM**.

1.4. Os recursos orçamentários decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência estão consignados no Orçamento da Conab para o ano de 2024, conforme segue: Natureza da Despesa - ND: 33.90.30.XX, Programa de Trabalho Resumido - PTRES: 229503, Fonte: 1000, Ação Orçamentária: Administração da Unidade, Plano Interno: ADM UNIDADE.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O presente processo de aquisição foi deflagrado em virtude do baixo estoque existente de alguns materiais e até a inexistência de determinados produtos no estoque da Sureg/RO.

2.2. A aquisição de bens em apreço será contratada por meio de dispensa de licitação, com fundamento legal no artigo 416, inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, o qual encontra-se disponível em https://www.conab.gov.br/images/arquivos/normativos/10000_sistema_institucional/10.901_regulamento_de_licitacoes_e_contratos.pdf

2.3. Em atendimento à Lei Complementar 123/2016, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como ao Decreto 8.538/2015, que dentre outras deliberações, regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, o processo licitatório será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o valor estimado da contratação é inferior ao limite de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), conforme estabelecido em lei.

3. DO OBJETIVO

3.1. A aquisição dos referidos materiais, objetiva a reposição dos estoques para atender a demanda da administração, aspecto este que propiciará condições mínimas ao atendimento dos trabalhos rotineiros a serem desenvolvidos, o que gera benefícios nos resultados a serem atingidos no âmbito da Sureg-RO.

4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência do contrato/ordem de compra será de 90 (noventa) dias, contados da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 497 e 498, ambos do RLC.

5. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. DA PARTICIPAÇÃO

5.1.1. Não poderão participar desta dispensa de licitação:

- a empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Conab;
- a empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016 e impedida pela União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002;
- a empresa declarada inidônea pela União (unidade federativa a qual se encontra vinculada a Conab), enquanto perdurarem os efeitos da sanção, nos termos do art. 38, inciso III, da Lei nº 13.303 de 2016;

- d) a empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, nos termos do art. 38, inciso IV, da Lei nº 13.303 de 2016;
- e) a empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, nos termos do art. 38, inciso V, da Lei nº 13.303 de 2016;
- f) a empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, nos termos do art. 38, inciso VI, da Lei nº 13.303 de 2016;
- g) a empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, nos termos do art. 38, inciso VII, da Lei nº 13.303 de 2016;
- h) a empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- i) os interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- j) a sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País, bem como os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- k) a empresa que se encontre em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;
- l) as sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- m) as entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- n) o próprio empregado ou dirigente da Conab, como pessoa física, que participe em procedimentos de dispensa na condição de proponente;
- o) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela contratação;
- p) empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há menos de 6 (seis) meses.
- q) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco cônjuge ou companheiro.

5.2. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.2.1. A proponente deverá **enviar** a sua proposta, conforme Anexo I deste TR, à Conab, conforme data e horário definido no Sistema de Cotação Eletrônica, contendo os seguintes elementos:

- a) Preço unitário e global do item, em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos);
- b) Descrição detalhada do objeto, conforme apresentado neste **Termo de Referência**: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de garantia, que não deverá ser inferior a **12 (doze) meses** contados da data de recebimento do equipamento, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- b1) Deverá também ser enviado folder/catálogo, contendo as especificações dos produtos a serem fornecidos para os produtos cuja garantia mínima seja de 12 (doze) meses;
- c) Prazo de validade da proposta, **não inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;

c.1) Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

d) Informação expressa de que nos preços cotados **estão incluídos todos os custos necessários ao fornecimento do produto objeto deste TR**, inclusive, todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, incluindo frete, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

e) Os seguintes dados da proponente: Razão Social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento.

5.2.2. A proponente deverá cotar o preço do objeto desta contratação em moeda nacional.

5.2.3. A proposta de preços descrita neste item deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, em papel timbrado da proponente, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente.

5.2.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.2.5. Após a análise da proposta do fornecedor melhor colocado, a Conab solicitará a documentação de habilitação para avaliação e julgamento.

5.3. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.3.1. Para a habilitação, a proponente deverá apresentar todos os documentos relacionados abaixo.

5.3.1.1. A proponente já regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, ficará dispensada de apresentar os documentos relacionados nos itens 5.3.2 e 5.3.3, quando os registros no SICAF correlatos a estes documentos estiverem válidos, completos e regulares.

5.3.2. Relativos à Habilitação Jurídica:

a) no caso de:

a.1) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.2) microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

a.3) sociedade empresária/comercial ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

a.4) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

a.5) microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

a.6) cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

a.7) empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

b) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c) a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência

5.3.3. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede do proponente, na forma da lei; e

e) prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Lei 12.440, de 8/7/2011).

5.3.3.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

5.3.3.2. Havendo alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado à proponente qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Conab e a pedido justificado da proponente, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

5.3.3.2.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação e acarretará a inabilitação do proponente, sem prejuízo das sanções previstas neste termo de referência, sendo facultado à Conab convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação de cada item, para assinatura do contrato.

5.3.4. Relativos à Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do proponente;

b) A certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão;

c) Por se tratar de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da proponente qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

5.3.5. Relativos à Qualificação Técnica

5.3.5.1. A empresa deverá comprovar a qualificação técnica por meio de **Atestado de Capacidade Técnica** que comprove a entrega de bens com características compatíveis com o objeto desta contratação, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a) Para efeito de caracterização desta compatibilidade é definida como relevante a seguinte parcela do objeto:

ITEM	OBJETO
01, 02, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 21, 22, 23, 29 e 32	Abraçadeira, ou almofada para carimbo, ou caneta esferográfica, ou caneta marca texto, ou clips para papel, ou fita adesiva, ou grampo galvanizado, ou papel ofício xerográfico, ou pincel atômico.
03	Açúcar.
05, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35 e 36	Bateria, ou extensão, ou ferro de soldar, ou filtro de linha, ou fio elétrico, ou lâmpada de LED, ou pilha, ou refletor (projetor ou luminária), ou relé.
12, 13, 24	Copo descartável ou guardanapo.
37	Filtro.
14 e 15	Detergente ou esponja.

b) Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação da alínea anterior.

c) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

d) O proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados encaminhados à CONAB, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, quando for solicitada.

e) O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a CONAB possa se valer para manter contato com a empresa declarante.

f) A CONAB se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

5.3.6. Declarações a serem prestadas:

a) declaração de inexistência de fatos impeditivos para contratação com a Conab;

b) declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando atender aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar N.º 123, de 2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa Lei;

c) declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

d) declarações do futuro contratado de elaboração de proposta independente, de cota aprendizagem, de não utilização de trabalho degradante ou forçado e de cumprimento da reserva legal de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social; e ainda

5.3.7. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário), o responsável pela dispensa de licitação, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da proponente, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação na dispensa de licitação ou a futura contratação, mediante a consulta de regularidade do fornecedor nos seguintes cadastros:

a) **SICAF**, verificando, ainda, a composição societária das empresas neste sistema, a fim de se certificar se entre os sócios há empregados da Conab;

b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) **Lista de Inidôneos**, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

5.3.7.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.3.6.1.1 Constatada a existência de sanção, o responsável pela dispensa de licitação reputará o proponente inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3.8. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou por servidor da CONAB mediante a apresentação dos originais, ou cópia da publicação em órgão da imprensa oficial.

- 5.3.8.1. Os documentos poderão ser encaminhados por e-mail pela proponente ou entregues pessoalmente ao responsável pela dispensa de licitação.
- 5.3.9. Será inabilitado o proponente que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.
- 5.3.9.1. O responsável pela dispensa de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 5.3.9.2. É facultado a Conab, em qualquer fase deste procedimento de dispensa de licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 5.3.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante o procedimento de dispensa de licitação.
- 5.3.11. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências de habilitação, o responsável pela dispensa de licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Termo de Referência.
- 5.3.12. Será considerado vencedor desta dispensa de licitação o proponente que oferecer o **MENOR PREÇO** e que atender as exigências deste termo de referência, referentes à proposta de preços e à habilitação.

6. DA DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO

6.1. DA FORMA DE FORNECIMENTO, DO PRAZO, DO LOCAL DE ENTREGA E DA GARANTIA DOS BENS

- 6.1.1. Os bens objetos deste Termo de Referência deverão ser entregues **integralmente**, devidamente embalados e lacrados, em remessa única, na COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, Superintendência Regional de Rondônia, localizada na Avenida Farquar, nº 3305 - Panair - Porto Velho/RO - CEP: 76.801-429, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis.
- 6.1.2. O prazo de **garantia** dos bens, contra defeito de fabricação, contados do recebimento definitivo pela Contratante, está descrito no item 6.14 do TR.
- 6.1.3. **O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da assinatura da **ordem de compra/contrato**.
- 6.1.4. O prazo de entrega dos bens admite prorrogação, desde que observado o disposto nos art. 497 e 498 do RLC.
- 6.1.5. Durante o período de garantia, a Contratada deverá substituir o bem, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, após ser comunicado da necessidade de substituição.
- 6.1.6. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA todas as despesas correspondentes à garantia prestada.
- 6.1.7. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.2. DO RECEBIMENTO DOS BENS

- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, por meio de recibo/assinatura no ato da entrega por empregado designado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4. Constatadas inconformidades no objeto do Termo de Referência e na proposta, deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela Contratada no prazo de 15 (quinze) dias corridos.
- 6.5. As ocorrências mencionadas no subitem anterior deverão ser comunicadas à Contratada, solicitando, caso pertinente, a instauração de um procedimento administrativo para aplicação das penalidades cabíveis.
- 6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento provisório, por empregado ou comissão, após a verificação da qualidade e quantidade do material e, conseqüente, aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado por fatos ocorridos no curso da contratação, desde que devidamente justificado no processo.
- 6.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia dos bens entregues.
- 6.11. Em caso de dúvida sobre a autenticidade do produto, o fornecedor se compromete a arcar com os custos dos testes de originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum

acordo entre as partes.

6.12. Recebidos os materiais sem a necessidade de realização de análise ou finalizadas as análises procedidas e após as providências adotadas, os mesmos serão recebidos definitivamente.

6.13. O não cumprimento dos prazos ensejará a aplicação de sanções previstas neste Termo de Referência.

6.14. **DA DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**

6.14.1. Itens 1 e 2 - Abraçadeira de nylon, comprimentos: 100mm e 200mm, largura: 2,50mm, pacote com 100 unidades;

6.14.2. Item 3 - Açúcar cristal, em embalagens de 01 kg, aceitando a disposição do produto em embalagens de quantidades maiores ou menores, desde que o montante não fique abaixo do quantitativo estimado em termos de peso. O fabricante também deverá observar as diretrizes do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Validade mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.3. Item 4 - Almofada para carimbo nº 2, na cor preta, dimensões mínimas 6,5 x 10 cm. Validade mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.4. Item 5 - Bateria CR 2032, tensão 3 volts, composição lítio, capacidade mínima: 210 Milliamp Hours. Validade mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.5. Itens 6 e 7 - Caneta esferográfica, cores da tinta azul e preta, equivalente ou de melhor qualidade, ponta média de 1.0 mm, dimensões mínimas 6 x 1 x 17,5 cm; 25 g;

6.14.6. Item 8 - Caneta marca texto cor amarela, com ponta chanfrada, dimensões mínimas: 5,5 x 1,3 x 20,3 cm; 26 g. . Validade mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.7. Itens 9, 10 e 11 - Clips para papel, números 4/0, 6/0 e 8/0, em aço niquelado, estilo clássico;

6.14.8. Itens 12 e 13 - Copos descartáveis de 50 ml e 200 ml, poliestireno, Atóxico, de Acordo C/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Branco, dispostos em pacotes de 100 unidades, e seguir as orientações dispostas na Portaria nº 394, de 23 de dezembro de 2020, do INMETRO, bem como toda legislação referente à matéria;

6.14.9. Item 14 - Detergente líquido, lava louças, embalagem de 500 ml, biodegradável, com pH neutro;

6.14.10. Item 15 - esponja abrasiva multiuso, dupla face, cor verde e amarela, dimensões mínimas 11 x 7,4 x 2,3 cm, embalagem com 4 unidades;

6.14.11. Item 16 - Extensão prolongadora, com 5 m; modelo tripolar na entrada e saídas, com novo padrão; certificação do Inmetro; padrão de entrada/saída de 10 amperes, garantia mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.12. Item 17 - Extensão prolongadora, com 5 m; modelo tripolar na entrada e saídas, com novo padrão; certificação do Inmetro; padrão de entrada/saída de 20 amperes, garantia mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.13. Item 18 - Ferro de soldar, com solda estanho, potência: 60w, material de proteção contra temperatura do cabo de silicone, 127v, cabo de 1m, ponteira de haste metálica, com suporte de metal para descanso, garantia mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.14. Item 19 - Filtro de linha, com 6 tomadas; cabo com, no mínimo, 3 metros de extensão; projeção contra surto com fusível ou disjuntor; modelo tripolar novo padrão na entrada e saídas; certificação do Inmetro; padrão de entrada/saída de 10 amperes, garantia mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.15. Item 20 - Fio elétrico flexível, bitola 2,5mm, tensão 750 volts, rolo com 100m, uma na cor preta outro na cor branca ou azul;

6.14.16. Item 21 - Fita adesiva transparente, dimensões mínimas 45mm x 45m. Validade mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.17. Itens 22 e 23 - Grampo para grampeador, tipos 23/10 e 26/6, aço galvanizado;

6.14.18. Item 24 - Guardanapo de papel, folha dupla, dimensões mínimas 24 x 22 cm, 100% feito de celulose, alta qualidade e maciez, pacote com 50 unidades;

6.14.19. Item 25 - Lâmpada de LED, 15w, tipo bulbo, luz branca fria, 6.500k, bivolt, garantia mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.20. Item 26 - Lâmpada de LED, 200w, E27 ou E40, tipo bulbo, luz branca fria, 6.500k, bivolt, garantia mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.21. Item 27 - Lâmpada de LED, 20w, tipo bulbo, luz branca fria, 6.500k, bivolt, garantia mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.22. Item 28 - Lâmpada de LED, 30w, luz branca fria, 6.500k, E-27, bivolt, garantia mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.23. Item 29 - Papel escritório xerográfico, 75 g/m², A4 resma com 500 folhas, dimensões mínimas: 21 x 5 x 29,7 cm; 2,34 quilogramas;

6.14.24. Item 30 - Pilha alcalina AA, 1,5 volts, validade mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.25. Item 31 - Pilha alcalina AAA, 1,5 volts, validade mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.26. Item 32 - Pincel atômico, cor preta ou azul, dimensões: 15 x 6 x 2 cm; 50 g. Validade mínima: 12 meses no ato da entrega;

6.14.27. Item 33 - Refletor de LED, potência: 200W, certificação IP66 à prova d'água, bateria de lítio 25Ah, luz branca fria, 6.000K, garantia mínima: 12 meses no ato da entrega, luminosidade: 16000 lumens;

6.14.28. Item 34 - Refletor de LED, potência: 30W, bivolt, certificação IP66 à prova d'água, luz branca fria, 6.500K, garantia mínima: 12 meses no ato da entrega, luminosidade: 2700 lumens;

- 6.14.29. Item 35 - Refletor de LED, potência: 50W, bivolt, certificação IP66 à prova d'água, luz branca fria, 6.500K, garantia mínima: 12 meses no ato da entrega, luminosidade: 4500 lumens;
- 6.14.30. Item 36 - Relé fotoelétrico, bivolt, sem base, 127VAC para cargas de até 1000W/1200VA, 220VAC para cargas de até 1000W/1800VA, frequência 50/60Hz, voltagem 105VAC - 305VAC, garantia mínima: 12 meses no ato da entrega;
- 6.14.31. Item 37 - Filtro combinado 9000 tipo A2 B2 P2, com indicação para proteção contra vapores orgânicos, gases ácidos, dióxido de enxofre, amônia, mais poeiras, névoas e fumos; com aplicação em locais onde serão usados produtos químicos. Validade mínima: 12 meses no ato da entrega.

7. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 7.1. As obrigações decorrentes da presente dispensa de licitação serão formalizadas por meio de **ordem de compra ou termo de contrato** a ser celebrado entre a CONAB e o proponente vencedor, e observará os termos do RLC e demais normas pertinentes.
- 7.2. O proponente vencedor será convocado para, no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contado da convocação, celebrar a **ordem de compra/contrato**, cujo prazo poderá exceder o estipulado por motivo devidamente justificado.
- 7.3. Antes da assinatura da **ordem de compra/contrato** será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste TR, as quais deverão ser mantidas pelo proponente vencedor durante a vigência contratual.
- 7.4. Se o proponente vencedor não fizer a comprovação referida no item anterior ou recusar-se a assinar o contrato, será convocado outro proponente para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 7.5. Antes da contratação será feita consulta ao CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do Inciso III do art. 6.º da Lei n.º 10.522, de 19/07/2002, junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a CNDT, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e à Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

8. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 8.1. Não será exigida garantia contratual.

9. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. Para a execução do ajuste, será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o Contratante como responsável pela gestão do Contrato e verificação da aderência dos bens entregues aos padrões de qualidade exigidos e a Contratada como responsável pela entrega dos bens e gestão dos recursos necessários para o cumprimento do Contrato.
- 9.2. Para o cumprimento do contrato, pressupõe-se a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:
- 9.2.1. Fiscal do Contrato: é o empregado ou a comissão designada pela Contratante, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento provisório do objeto da contratação;
- 9.2.2. Preposto: funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do ajuste e atuar como interlocutor principal com o Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 9.3. A atividade de gestão e fiscalização do presente contrato deverá ser executada em conformidade com as disposições dos art. 535 a 540 do RLC.
- 9.4. Nos termos dos art. 543 e 544 do RLC será designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 9.5. O Fiscal do Contrato deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo o termo de referência e seus anexos, com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- 9.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Conab ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.
- 9.7. A atuação do preposto deverá observar as disposições dos art. 541 e 542 do RLC.
- 9.8. Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser encaminhadas formalmente pelo preposto à Contratante.
- 9.9. Em função das características da presente contratação, e por motivo de economia, o preposto da Contratada poderá ser um dos empregados designados para a entrega dos bens.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência e seus anexos;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento de bens executado em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;
- e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados;
- f) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

10.2. A Conab não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

a.1) O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando aplicável;

- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os art. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- d) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- f) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Conab, durante a realização do Contrato; g) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- g) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- h) respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONAB – SUREG/RO;
- i) Responsabilizar-se por todos os custos de entrega e retirada dos bens, em caso de não aceitos pela fiscalização e recebedores dos produtos;
- j) Assumir toda e qualquer responsabilidade pela integridade e perfeito funcionamento do objeto fornecido;
- k) Proceder à entrega de materiais novos, de primeiro uso e acondicionados, de forma a propiciar completa segurança durante o transporte;

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias** após o recebimento definitivo dos equipamentos, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, respeitando-se o quantitativo entregue, após conferência de quantidade e qualidade, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

12.1.1. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.2. Antes de cada pagamento será realizada consulta ao SICAF e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de **5 (cinco) dias úteis** ao contratado, prorrogável uma vez por igual período a critério da Conab, para a regularização ou apresentação da sua defesa.

12.2.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Conab deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Conab, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.2.2. Persistindo a irregularidade, a Conab deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato, assegurada à contratada o contraditório e a ampla defesa.

- 12.2.3. Havendo o efetivo fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 12.2.4. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz ou pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência, não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.
- 12.3. Dos pagamentos devidos à Contratada serão retidos os impostos e contribuições de acordo com a legislação vigente.
- 12.3.1. Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto à Nota Fiscal/Fatura, a devida declaração, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 12.4. As eventuais multas impostas ao Contratado em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.
- 12.5. À Contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação os bens fornecidos não estiverem em perfeitas condições de utilização ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 12.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Conab, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, onde:
EM = Encargos Moratórios devidos;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula $I = [(TX/100)/365]$;
N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e
VP = Valor da prestação em atraso.

13. DO REAJUSTE

- 13.1. Os preços são fixos e irremovíveis durante a vigência do contrato, uma vez que o pagamento é único, após a entrega e aceite dos produtos.
- 13.2. O preço ofertado já leva em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como frete, tributos, transporte, entre outros.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da Dispensa de Licitação.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos nesta contratação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Conab à continuidade do Contrato.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. A contratada, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:
- advertência;
 - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.
 - multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
 - multa compensatória;
 - multa moratória;
- 16.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com as dos incisos “b”, “c” e “d”.
- 16.3. O proponente que cometer qualquer das infrações elencadas nos artigos 576 a 580 do RLC ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.
- 16.4. O contratado que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.
- 16.5. A aplicação das penalidades previstas neste título realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à Contratada, observando-se as regras previstas no RLC.
- 16.6. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.
- 16.7. **Da sanção de advertência:**

16.7.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

16.7.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 16.5.

16.8. **Da sanção de multa:**

16.8.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a contratação em questão;

b) em decorrência da prática por parte do proponente/contratado das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC deverá ser aplicada multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação em questão;

c) pela recusa em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo Termo de Referência, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação em questão;

d) multa moratória de 0,3 % (zero vírgula três por cento) por dia de atraso não justificado, ou com justificativa indeferida, a ser calculada sobre o valor total do item não fornecido, até o limite de 10% (dez por cento).

e) Esgotado o limite a que se refere a alínea anterior e a critério da Conab, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

f) multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada, no caso de inexecução parcial do contrato;

g) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato;

h) multa rescisória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do contrato;

i) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

j) A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

16.9. **Da sanção de suspensão:**

16.9.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

16.9.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, **por até 02 (dois) anos**, será aplicada de acordo com os arts. 579 a 580 do RLC e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

16.9.3. Em decorrência da prática por parte do proponente das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC, poderá ser aplicada a sanção **de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab**.

16.9.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da seleção.

17. **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

17.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos Arts. 568 a 572 do RLC.

17.2. A rescisão poderá ser:

a) por ato unilateral e escrito da Conab;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e

c) judicial, por determinação judicial.

17.2.1. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

17.2.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos art. 582 a 593 do RLC.

17.2.4. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência:

a) assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;

b) execução da garantia contratual, quando houver, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e

c) na hipótese de insuficiência da garantia contratual, quando houver, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab

17.2.5. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União..

17.2.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

18. DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

18.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do RLC e do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

- a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
- b) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.
- c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;
- d) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela contratação;

19. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

19.1. Compete à Contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do RLC.

19.2. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

19.3. A Contratada deverá contribuir com princípios da sustentabilidade ambiental, especialmente no que se refere à:

- 19.3.1. Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental;
- 19.3.2. Promovendo a correta destinação final dos resíduos sólidos gerados pela Contratada;
- 19.3.3. Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- 19.3.4. Respeito aos Direitos Humanos e ao meio ambiente;
- 19.3.5. Defesa da equidade e respeito à diversidade;
- 19.3.6. Estímulo, difusão e implantação das melhores práticas de governança que levem em consideração as três dimensões da sustentabilidade no desenvolvimento organizacional: economia, social e ambiental;
- 19.3.7. Ter, na transparência e na ética, parâmetros para as práticas administrativas e negociais da empresa;
- 19.3.8. Aplicar e promover os princípios de justiça social e proteção ao meio ambiente;
- 19.3.9. Coibir preceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie;
- 19.3.10. Promover as boas condições de trabalho, segurança e saúde de todo corpo funcional;
- 19.3.11. Zelar pela conformidade com as legislações vigentes;
- 19.3.12. Promover a utilização sustentável e consciente de recursos naturais;
- 19.3.13. Zelar pela conservação de recursos na produção e execução dos serviços prestados; e
- 19.3.14. Pautar parcerias com fornecedores e terceiros que estejam alinhados aos princípios de responsabilidade socioambiental e promovam o desenvolvimento econômico e social.

19.4. As proponentes deverão ofertar preferencialmente produtos que atendam os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- 19.4.1. I — que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR — 15448-1 e 15448-2;
 - 19.4.2. II — que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - 19.4.3. III — que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- e

19.4.4. IV — que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

20. DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES

20.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

20.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos – Anexo III do Termo de Referência.

20.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos – Anexo III do Termo de Referência.

21. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

21.1. A ordem de compra/contrato decorrente deste Termo de Referência poderá ser alterado nas hipóteses previstas do artigo 510 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

21.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, **os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.**

21.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

22. DAS VEDAÇÕES

22.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar o contrato/ordem de compra decorrente deste Termo de Referência para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;
- c) empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição; e
- d) subcontratar, na íntegra ou parcialmente, o objeto da contratação.

23. DA VINCULAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

23.1. Consideram-se integrantes do contrato/ordem de compra o Termo de Referência da Dispensa de Licitação e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA, no que couber, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

23.2. A CONTRATADA se obriga a manter durante todo o período de execução do objeto do contrato/ordem de compra, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Termo de Referência.

24. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

24.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais de licitações e Contratos administrativos aplicáveis às empresas públicas e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos Contratos.

25. DO FORO

25.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Porto Velho/RO, competente para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão do Contrato decorrente deste Termo de Referência, que não puderem ser resolvidas de comum acordo.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. Integram este Termo de Referência os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Modelo de apresentação de Proposta;
- b) Anexo II - Modelo de Ordem de Compra;
- c) Anexo III - Matriz de Riscos (SEI nº 36132950);
- d) Anexo IV - Minuta de Contrato (SEI nº 36132961).

Elaborado Por:

Jorge Farias Dias
Ato Sureg/RO nº
21/2023

Francisco Ivani Narciso
Ato Sureg/RO nº 21/2023

De acordo:

Nos termos do art. 131 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, aprovamos o presente Termo de Referência e seus anexos em todo o seu teor.

Carlos Eduardo Dias
Gerência de Finanças e
Administração
Gerente

Anderson Conceição Gomes
Superintendência Regional de
Rondônia
Superintendente substituto

Anexo I - Modelo de apresentação de Proposta

1. DADOS DA PROPONENTE

1.2. RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE/UF:

TELEFONE:

E-MAIL:

1.3. REPRESENTANTE LEGAL:

NOME:

CPF:

RG:

E-MAIL:

1.4. DADOS PARA PAGAMENTO:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

2. PREÇO OFETADO

Item	Catmat	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	440972	Abraçadeira de nylon, comprimento: 100mm, largura: 2,50mm, pacote com 100 unidades	Pacote	03		
2	601320	Abraçadeira de nylon, comprimento: 200mm, largura: 2,50mm, pacote com 100 unidades	Pacote	03		
3	463988	Açúcar refinado tipo cristal, acondicionado em embalagem plástica lacrada de até 01 (um) kg, com todas as informações pertinentes ao produto, previsto na legislação vigente, constando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Validade mínima: 12 meses no ato da entrega	Embalagem	24		

4	273117	Almofada para carimbo nº 2, cor preta	Unidade	11		
5	411291	Bateria CR 2032, 3 volts	Unidade	25		
6	317868	Caneta esferográfica, cor tinta azul, equivalente ou de melhor qualidade, caixa com 50 unidades	Caixa	02		
7	407218	Caneta esferográfica, cor tinta preta, equivalente ou de melhor qualidade, caixa com 50 unidades	Caixa	01		
8	279313	Caneta marca texto cor amarela, com ponta chanfrada	Unidade	50		
9	272505	Clips para papel, número 4/0, em aço niquelado, caixa com 50 unidades	Caixa	25		
10	483432	Clipe para papel, número 6/0, em aço, caixa com 100 unidades	Caixa	03		
11	458597	Clipe para papel, número 8/0, em aço, caixa com 100 unidades	Caixa	03		
12	419219	Copo descartável de 200 ml, poliestireno, pacote com 100 unidades, Atóxico, de Acordo c/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Branca	Pacote	32		
13	419309	Copo descartável de 50 ml, poliestireno, pacote com 100 unidades, Atóxico, de Acordo c/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Branca	Pacote	118		
14	449798	Detergente líquido, lava louças, embalagem de 500 ml, biodegradável, com pH neutro	Frasco	12		
15	481119	Espunja abrasiva multiuso, dupla face, cor verde e amarela, tamanho 11 x 7,4 x 2,3 cm, pacote com 4 unidades	Pacote	03		
16	407480	Extensão prolongadora, com 5 m; modelo tripolar na entrada e saídas, com novo pradrão; certificação do Inmetro; padrão de entrada/saída de 10 amperes	Unidade	04		
17	484062	Extensão prolongadora, com 5 m; modelo tripolar na entrada e saídas, com novo pradrão; certificação do Inmetro; padrão de entrada/saída de 20 amperes	Unidade	02		
18	393438	Ferro de soldar, com solda estanho, potência: 60w, material de proteção contra temperatura do cabo de silicone, 127v, cabo de 1m, ponteira de haste metálica, com suporte de metal para descanso	Unidade	01		
19	421088	Filtro de linha, com 6 tomadas; cabo com, no mínimo, 3 metros de extensão; projeção contra surto com fusível ou disjuntor; modelo tripolar novo padrão na entrada e saídas; certificação do Inmetro; padrão de entrada/saída de 10 amperes	Unidade	04		
20	224596	Fio elétrico flexível, bitola 2,5mm, tensão 750 volts, rolo com 100m, uma na cor preta outro na cor branca ou azul	Rolo	02		
21	279059	Fita adesiva transparente, dimensões mínimas 45mm x 45m	Unidade	30		
22	244698	Grampo galvanizado para grampeador, tipo 23/10, caixa com 1000 unidades	Caixa	05		
23	425226	Grampo galvanizado para grampeador, tipo 26/6, caixa com 5000 unidades	Caixa	10		
24	293348	Guardanapo de papel, folha dupla, tamanho 24 cm x 22 cm, 100% feito de celulose de alta qualidade e maciez, pacote com 50 unidades	Pacote	170		
25	449215	Lâmpada de LED, 15w, tipo bulbo, luz branca fria, 6.500k, bivolt	Unidade	200		
26	460757	Lâmpada de LED, 200w, E27 ou E40, tipo bulbo, luz branca fria, 6.500k, bivolt	Unidade	12		
27	468628	Lâmpada de LED, 20w, tipo bulbo, luz branca fria, 6.500k, bivolt	Unidade	30		
28	448671	Lâmpada de LED, 30w, luz branca fria, 6.500k, E-27, bivolt	Unidade	200		
29	461828	Papel ofício xerográfico, 75 g/m ² , A4 resma com 500 folhas	Resma	22		
30	319792	Pilha alcalina AA, 1,5 volts	Unidade	30		
31	246685	Pilha alcalina AAA, 1,5 volts	Unidade	108		
32	394477	Pincel atômico, cor preta ou azul, dimensões: 15 x 6 x 2 cm; 50 g	Unidade	27		
33	473614	Refletor de LED, potência: 200W, certificação IP66 à prova d'água, bateria de lítio 25Ah, luz branca fria, 6.000K, luminosidade: 16000 lumens	Unidade	10		
34	470262	Refletor de LED, potência: 30W, bivolt, certificação IP66 à prova d'água, luz branca fria, 6.500K, luminosidade: 2700 lumens	Unidade	04		
35	458575	Refletor de LED, potência: 50W, bivolt, certificação IP66 à prova d'água, luz branca fria, 6.500K, luminosidade: 4500 lumens	Unidade	04		
36	339103	Relé fotoelétrico, bivolt, sem base	Unidade	10		
37	296362	Filtro combinado 9000 tipo A2 B2 P2, com indicação para proteção contra vapores orgânicos, gases ácidos, dióxido de enxofre, amônia, mais poeiras, névoas e fumos; com aplicação em locais onde serão usados produtos químicos. Validade mínima: 12 meses no ato da entrega	Unidade	10		
				Valor total (R\$)		

VALOR GLOBAL POR EXTENSO: _____

3. DECLARAÇÕES:

- Declaramos estarem inclusas todas as despesas tais como: impostos, taxas, fretes e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o preço proposto.

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS CORRIDOS, a contar de ____/____/2024.

5. LOCAL/DATA

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e nome legível do responsável legal

Anexo III – Modelo de Ordem de Compra

O Fornecedor assume toda a responsabilidade por qualquer interpelação ou reivindicação que venha a ser feita, envolvendo patentes ou direitos autorais, correndo, igualmente, por conta do Fornecedor quaisquer pagamentos, multas ou obrigações exigidas por alegados ou possíveis titulares desses direitos.

As mercadorias a serem fornecidas, segundo desenhos e especificações da Conab, não poderão levar marca comercial do Fornecedor por meio de inscrição, gravura ou outra qualquer forma de identificação, a não ser que, expressamente e por escrito, seja isso convencionado.

A responsabilidade da Conab na execução da presente "ORDEM DE COMPRA" limita-se e extingue-se ao preço e seu pagamento, sendo da exclusiva responsabilidade do Fornecedor todas e quaisquer despesas ou ônus, inclusive trabalhistas e de previdência social, não se compreendendo a operação realizada através da presente "ORDEM DE COMPRA" como subcontratação, ou subempreitada.

As mercadorias serão entregues diretamente à Conab ou embarcadas para entrega no endereço indicado. O fornecimento coberto pela presente "ORDEM DE COMPRA" somente se entende realizado após a entrega e verificação de que as mercadorias estão em perfeitas condições e satisfazem os requisitos, especificações e indicações da Conab. O Fornecedor responsabiliza-se pelas mercadorias que oferece, bem como seguros, embalagens, dentre outros, sempre que expressamente e por escrito não se convence o contrário.

Nenhum adicional de preço será devido pela Conab a título de frete ou embalagem, a não ser que, expressamente e por escrito, seja isso convencionado.

Todos os documentos de embarque, conhecimentos de transporte, listas, dentre outros, deverão conter o número da presente "ORDEM DE COMPRA" e ser enviados à Conab na data do embarque da mercadoria, ou entregues com esta. Todos os sacos, caixas ou embalagens deverão levar o número da presente "ORDEM DE COMPRA" e o nome do transportador, usando-se para isso tinta irremovível e, igualmente, sempre que possível, papeletas de material forte, seguramente presas aos volumes.

A data do recebimento das mercadorias pela Conab fixará o termo inicial para forma de pagamento que haja sido contratada, salvo quando expressamente convencionado de outra forma.

O prazo de entrega deverá ser rigorosamente observado, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no Termo de Referência respectivo.

O pagamento da presente "ORDEM DE COMPRA" far-se-á via Ordem Bancária ou Ordem de Pagamento.

O desconto de títulos, junto a terceiros ou mesmo instituições bancárias, que forem decorrentes da presente "ORDEM DE COMPRA", depende de prévia e expressa autorização da Conab.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Farias Dias, Assistente Técnico Administrativo - Conab**, em 05/07/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO IVANI NARCISO, Auxiliar de Operações - Conab**, em 05/07/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO DIAS, Gerente de Área Regional - Conab**, em 05/07/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON CONCEICAO GOMES, Superintendente Regional Substituto - Conab**, em 05/07/2024, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36132940** e o código CRC **DA64F3FD**.

Referência: Processo nº.: 21219.000285/2023-06

SEI: nº.: 36132940



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

MATRIZ DE RISCOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, DE ESCRITÓRIO, DE LIMPEZA, ELETRÔNICOS, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), DESCARTÁVEIS E AÇÚCAR AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA, AGRAVADA PELA ANTIGUIDADE DAS INSTALAÇÕES, PARA ATENDER AS CARÊNCIAS DA SEDE DA SUREG/RO E SUAS UNIDADES ARMAZENADORAS (CACOAL E PORTO VELHO).

Identificação				Avaliação			Tratamento ao Risco	
Fases (1)	Evento de Risco (2)	Causas (3)	Consequências (4)	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco (6) (P) x (I)	Resposta ao evento do Risco (7)	Respon: (8)
Gestão do Contrato	Recepção de produtos inadequados	Fiscal/empregado designado para o recebimento sem conhecimento do objeto demandado; Falha na análise.	Produtos ineficientes ou sem utilidade para o fim almejado, sanções ou prejuízos com o retorno do equipamento.	2	3	6	Indicação de fiscal qualificado; Análise apurada do Termo de Referência.; Interação com contratado.	Contrat:
Gestão do Contrato	Inexecução Contratual (não entrega dos equipamentos)	Incapacidade de fornecimento da Contratada, estoque insuficiente ou incompatível com o objeto do Termo de Referência.	Atraso na aquisição	2	3	6	Aplicação de sanções. Verificar com as empresas remanescentes a possibilidade de entregar os equipamentos.	Contrat:
Gestão do Contrato	Descumprimento do prazo de garantia dos equipamentos	Ausência de suporte da Contratada. Inobservância do Termo de Referência pela Contratada.	Produtos com defeitos e ineficientes	2	4	8	Aplicação de sanções. Abertura de novo processo para manutenção dos equipamentos ou aquisição de novos equipamentos.	Contrat:
Gestão do Contrato	Contratada não apresentar a documentação prevista em contrato para fins de pagamento (certidões, nota fiscal, etc).	Problemas internos de gestão da contratada; Irregularidade perante os órgãos pertinentes (INSS, Receita Federal, etc);	Atraso no pagamento do contrato; Aplicação de penalidades contratuais; Encerramento antecipado do contrato e risco de descontinuidade do fornecimento.	3	3	9	Manter em dia as condições de regularidade fiscal, tributária, trabalhista e com os órgãos de segurança; Ser diligente com atos de gestão.	Contrat:
Gestão do Contrato	Não entrega do objeto pela Contratada	Problemas com o fornecedor	A sede da Sureg/RO ficará sem a substituição dos aparelhos antigos pelos novos por período maior que o planejado.	2	5	10	Identificar no mercado empresa que forneça produto similar ao do contratado	Contrat:

1. Definição do risco nas fases de Planejamento da Contratação, Seleção de Fornecedores e Gestão de Contratos.
2. O evento de risco é incerto, que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
5. A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em um escala de 1 a 5, conforme definida nas tabelas abaixo:

Escala de Probabilidade (P) – Associada às chances do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1

Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

Escala de Impacto (I) – Associada às consequências no caso do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

6. Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Nível de Risco	
1 a 2	Baixo
3 a 6	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para tratamento do risco identificado.

8. Identificar o responsável/os responsáveis pela ação proposta, se o contratado ou o contratante.

Jorge Farias Dias **Francisco Ivani Narciso**
Ato Sureg/RO nº 21/2023 Ato Sureg/RO nº 21/2023

Supervisionado por: Autorizado por:
Carlos Eduardo Dias **Anderson Conceição Gomes**
Gerência de Finanças e Administração Superintendência Regional de Rondônia
Gerente Superintendente substituto

Porto Velho, 26 de junho de 2024



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO IVANI NARCISO, Auxiliar de Operações - Conab**, em 05/07/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Farias Dias, Assistente Técnico Administrativo - Conab**, em 05/07/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO DIAS, Gerente de Área Regional - Conab**, em 05/07/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON CONCEICAO GOMES, Superintendente Regional Substituto - Conab**, em 05/07/2024, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36132950** e o código CRC **D7F28E02**.

Referência: Processo n°. 21219.000285/2023-06

SEI: n°. 36132950



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

Conab - Sureg-RO

Processo: 21219.000285/2023-06

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

* MINUTA DE DOCUMENTO

PROCESSO N.º 21219.000285/2023-06

CONTRATO N.º: [número do contrato]

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB E A EMPRESA

PARA O FORNECIMENTO DE ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA A FIM DE ATENDER A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE RONDÔNIA.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB), Empresa Pública Federal, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, na forma preceituada no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei N.º 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (**MDA**), conforme Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023 e Decreto nº 11.401 de 23/01/2023, regida pela Lei N.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei N.º 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto N.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis, e pelo seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de março de 2023, publicada no DOU de 23 de março de 2023, Edição 57, Seção 1, com sede em Brasília/DF, no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", Lote 69, inscrita no CNPJ/ME sob nº 26.461.699/0001-80, através da Superintendência Regional de Rondônia, inscrita no CNPJ nº 26.461.699/0383-15, representada por seu Superintendente Regional, Sr. _____, designado pela Portaria nº _____, e pelo Gerente de Finanças e Administração, Sr. _____, designado pela Portaria nº _____, parte doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, _____, neste ato representada por seu _____, Sr. _____, parte doravante denominada **CONTRATADA**, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo n.º 21219.000285/2023-06, referente à Dispensa de Licitação nº _____/2024, resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelo Termo de Referência e seus anexos e pela proposta da contratada, no que couber, independentemente de suas transcrições, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, pela Lei nº 13.303, de 2016 e demais legislações pertinentes, pelo ato que autorizou a lavratura deste termo, pela respectiva modalidade de contratação e pelas cláusulas e condições a seguir:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Este Contrato tem por objeto aquisição de materiais elétricos, de escritório, de limpeza, eletrônicos, Equipamento de Proteção Individual (EPI), descartáveis e açúcar necessários ao atendimento das demandas de manutenção da infraestrutura, agravada pela antiguidade das instalações, para atender as carências da sede da Sureg/RO e suas Unidades Armazenadoras (Cacoal e Porto Velho), conforme especificações, condições, quantidades e exigências detalhadas neste Contrato e estabelecidas no Termo de Referência.

Item	Catmat	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	440972	Abraçadeira de nylon, comprimento: 100mm, largura: 2,50mm, pacote com 100 unidades	Pacote	03		
2	601320	Abraçadeira de nylon, comprimento: 200mm, largura: 2,50mm, pacote com 100 unidades	Pacote	03		
3	463988	Açúcar refinado tipo cristal, acondicionado em embalagem plástica lacrada de até 01 (um) kg, com todas as informações pertinentes ao produto, previsto na legislação vigente, constando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Validade mínima: 12 meses no ato da entrega	Embalagem	24		
4	273117	Almofada para carimbo nº 2, cor preta	Unidade	11		
5	411291	Bateria CR 2032, 3 volts	Unidade	25		
6	317868	Caneta esferográfica, cor tinta azul, equivalente ou de melhor qualidade, caixa com 50 unidades	Caixa	02		
7	407218	Caneta esferográfica, cor tinta preta, equivalente ou de melhor qualidade, caixa com 50 unidades	Caixa	01		
8	279313	Caneta marca texto cor amarela, com ponta chanfrada	Unidade	50		
9	272505	Clips para papel, número 4/0, em aço niquelado, caixa com 50 unidades	Caixa	25		
10	483432	Clipe para papel, número 6/0, em aço, caixa com 100 unidades	Caixa	03		
11	458597	Clipe para papel, número 8/0, em aço, caixa com 100 unidades	Caixa	03		
12	419219	Copo descartável de 200 ml, poliestireno, pacote com 100 unidades, Atóxico, de Acordo c/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Branca	Pacote	32		
13	419309	Copo descartável de 50 ml, poliestireno, pacote com 100 unidades, Atóxico, de Acordo c/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Branca	Pacote	118		
14	449798	Detergente líquido, lava louças, embalagem de 500 ml, biodegradável, com pH neutro	Frasco	12		
15	481119	Esponja abrasiva multiuso, dupla face, cor verde e amarela, tamanho 11 x 7,4 x 2,3 cm, pacote com 4 unidades	Pacote	03		
16	407480	Extensão prolongadora, com 5 m; modelo tripolar na entrada e saídas, com novo padrão; certificação do Inmetro; padrão de entrada/saída de 10 amperes	Unidade	04		
17	484062	Extensão prolongadora, com 5 m; modelo tripolar na entrada e saídas, com novo padrão; certificação do Inmetro; padrão de entrada/saída de 20 amperes	Unidade	02		
18	393438	Ferro de soldar, com solda estanho, potência: 60w, material de proteção contra temperatura do cabo de silicone, 127v, cabo de 1m, ponteira de haste metálica, com suporte de metal para descanso	Unidade	01		
19	421088	Filtro de linha, com 6 tomadas; cabo com, no mínimo, 3 metros de extensão; projeção contra surto com fusível ou disjuntor; modelo tripolar novo padrão na entrada e saídas; certificação do Inmetro; padrão de entrada/saída de 10 amperes	Unidade	04		

20	224596	Fio elétrico flexível, bitola 2,5mm, tensão 750 volts, rolo com 100m, uma na cor preta ou na cor branca ou azul	Rolo	02		
21	279059	Fita adesiva transparente, dimensões mínimas 45mm x 45m	Unidade	30		
22	244698	Grampo galvanizado para grampeador, tipo 23/10, caixa com 1000 unidades	Caixa	05		
23	425226	Grampo galvanizado para grampeador, tipo 26/6, caixa com 5000 unidades	Caixa	10		
24	293348	Guardanapo de papel, folha dupla, tamanho 24 cm x 22 cm, 100% feito de celulose de alta qualidade e maciez, pacote com 50 unidades	Pacote	170		
25	449215	Lâmpada de LED, 15w, tipo bulbo, luz branca fria, 6.500k, bivolt	Unidade	200		
26	460757	Lâmpada de LED, 200w, E27 ou E40, tipo bulbo, luz branca fria, 6.500k, bivolt	Unidade	12		
27	468628	Lâmpada de LED, 20w, tipo bulbo, luz branca fria, 6.500k, bivolt	Unidade	30		
28	448671	Lâmpada de LED, 30w, luz branca fria, 6.500k, E-27, bivolt	Unidade	200		
29	461828	Papel officio xerográfico, 75 g/m ² , A4 resma com 500 folhas	Resma	22		
30	319792	Pilha alcalina AA, 1,5 volts	Unidade	30		
31	246685	Pilha alcalina AAA, 1,5 volts	Unidade	108		
32	394477	Pincel atômico, cor preta ou azul, dimensões: 15 x 6 x 2 cm; 50 g	Unidade	27		
33	473614	Refletor de LED, potência: 200W, certificação IP66 à prova d'água, bateria de lítio 25Ah, luz branca fria, 6.000K, luminosidade: 16000 lumens	Unidade	10		
34	470262	Refletor de LED, potência: 30W, bivolt, certificação IP66 à prova d'água, luz branca fria, 6.500K, luminosidade: 2700 lumens	Unidade	04		
35	458575	Refletor de LED, potência: 50W, bivolt, certificação IP66 à prova d'água, luz branca fria, 6.500K, luminosidade: 4500 lumens	Unidade	04		
36	339103	Relé fotoelétrico, bivolt, sem base	Unidade	10		
37	296362	Filtro combinado 9000 tipo A2 B2 P2, com indicação para proteção contra vapores orgânicos, gases ácidos, dióxido de enxofre, amônia, mais poeiras, névoas e fumos; com aplicação em locais onde serão usados produtos químicos. Validade mínima: 12 meses no ato da entrega.	Unidade	10		
					Valor total (R\$)	

1.2. As especificações dos bens ora contratados encontram-se detalhadas no item 6.14 do Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, contados da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 497 e 498, ambos do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO, DO PRAZO, DO LOCAL DE ENTREGA E DA GARANTIA DOS BENS

3.1. Os bens objetos deste Termo de Referência deverão ser entregues **integralmente**, devidamente embalados e lacrados, em remessa única, na COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, Superintendência Regional de Rondônia, localizada na Avenida Farquar, nº 3305 - Panair - Porto Velho/RO - CEP: 76.801-429, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis.

3.2. O prazo de **garantia** dos bens, contra defeito de fabricação, contados do recebimento definitivo pela Contratante, está descrito no item 6.14 do TR.

3.3. **O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da assinatura da **ordem de compra/contrato**.

3.4. O prazo de entrega dos bens admite prorrogação, desde que observado o disposto nos art. 497 e 498 do RLC.

3.5. Durante o período de garantia, a Contratada deverá substituir o bem, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, após ser comunicado da necessidade de substituição.

3.6. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA todas as despesas correspondentes à garantia prestada.

3.7. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS BENS**

4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, por meio de recibo/assinatura no ato da entrega por empregado designado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.2. Constatadas inconformidades no objeto do Termo de Referência e na proposta deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela Contratada no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

4.3. As ocorrências mencionadas no subitem anterior deverão ser comunicadas à Contratada, solicitando, caso pertinente, a instauração de um procedimento administrativo para aplicação das penalidades cabíveis.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento provisório, por empregado ou comissão, após a verificação da qualidade e quantidade do material e, conseqüente, aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado por fatos ocorridos no curso da contratação, desde que devidamente justificado no processo.

4.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia dos bens entregues.

4.9. Em caso de dúvida sobre a autenticidade do produto, o fornecedor se compromete a arcar com os custos dos testes de originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes.

4.10. Recebidos os materiais sem a necessidade de realização de análise ou finalizadas as análises procedidas e após as providências adotadas, os mesmos serão recebidos definitivamente.

4.11. O não cumprimento dos prazos ensejará a aplicação de sanções previstas neste Termo de Referência.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO**

5.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme detalhado na Cláusula Primeira.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

6.1. Não será exigida garantia contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa orçamentária da execução deste Contrato correrá à conta da Natureza da Despesa _____, PTRES _____, Fonte: _____, conforme Nota de Empenho n.º _____, de ____/____/____.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento de bens em desacordo com o previsto no Termo de Referência;
- e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designada;
- f) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

8.2. A Conab não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - a.1) O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando aplicável;
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os art. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- d) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- f) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Conab, durante a realização do Contrato; g) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- g) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- h) respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONAB – SUREG/RO;
- i) Responsabilizar-se por todos os custos de entrega e retirada dos bens, em caso de não aceitos pela fiscalização e recebedores dos produtos;

j) Assumir toda e qualquer responsabilidade pela integridade e perfeito funcionamento do objeto fornecido;

k) Proceder à entrega de materiais novos, de primeiro uso e acondicionados, de forma a propiciar completa segurança durante o transporte;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1. Compete à Contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do RLC.

10.2. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

10.3. A Contratada deverá contribuir com princípios da sustentabilidade ambiental, especialmente no que se refere à:

10.3.1. Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental;

10.3.2. Promovendo a correta destinação final dos resíduos sólidos gerados pela Contratada;

10.3.3. Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

10.3.4. Respeito aos Direitos Humanos e ao meio ambiente;

10.3.5. Defesa da equidade e respeito à diversidade;

10.3.6. Estímulo, difusão e implantação das melhores práticas de governança que levem em consideração as três dimensões da sustentabilidade no desenvolvimento organizacional: economia, social e ambiental;

10.3.7. Ter, na transparência e na ética, parâmetros para as práticas administrativas e negociais da empresa;

10.3.8. Aplicar e promover os princípios de justiça social e proteção ao meio ambiente;

10.3.9. Coibir preceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie;

10.3.10. Promover as boas condições de trabalho, segurança e saúde de todo corpo funcional;

10.3.11. Zelar pela conformidade com as legislações vigentes;

10.3.12. Promover a utilização sustentável e consciente de recursos naturais;

10.3.13. Zelar pela conservação de recursos na produção e execução dos serviços prestados; e

10.3.14. Pautar parcerias com fornecedores e terceiros que estejam alinhados aos princípios de responsabilidade socioambiental e promovam o desenvolvimento econômico e social.

10.4. As licitantes deverão ofertar preferencialmente produtos que atendam os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I — que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR — 15448-1 e 15448-2;

II — que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III — que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV — que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MANUTENÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

11.1. A CONTRATADA se obriga a manter durante todo o período de execução do objeto deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Para a execução do ajuste, será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o Contratante como responsável pela gestão do Contrato e verificação da aderência dos bens entregues aos padrões de qualidade exigidos e a Contratada como responsável pela entrega dos bens e gestão dos recursos necessários para o cumprimento do Contrato.

12.2. Para o cumprimento do contrato, pressupõe-se a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

12.3. Fiscal do Contrato: é o empregado ou a comissão designada pela Contratante, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento do objeto da contratação;

12.4. Preposto: funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do ajuste e atuar como interlocutor principal com o Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

12.5. A atividade de gestão e fiscalização do presente contrato deverá ser executada em conformidade com as disposições dos art. 535 a 540 do RLC.

12.6. Nos termos dos art. 543 e 544 do RLC será designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

12.7. O Fiscal do Contrato deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo o termo de referência e seus anexos, com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

12.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Conab ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.

12.9. A atuação do preposto deverá observar as disposições dos art. 541 e 542 do RLC.

12.10. Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser encaminhadas formalmente pelo preposto à Contratante.

12.11. Em função das características da presente contratação, e por motivo de economia, o preposto da Contratada poderá ser um dos empregados designados para a entrega dos bens.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias** após o recebimento definitivo do material, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, respeitando-se o quantitativo entregue, após conferência de quantidade e qualidade, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

13.2. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.3. Antes do pagamento será realizada consulta ao SICAF e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de **5 (cinco) dias úteis** ao contratado, prorrogável uma vez por igual período a critério da Conab, para a regularização ou apresentação da sua defesa.

13.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Conab deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Conab, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 13.5. Persistindo a irregularidade, a Conab deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato, assegurada à contratada o contraditório e a ampla defesa.
- 13.6. Havendo o efetivo fornecimento dos bens, o pagamento deverá ser realizado normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 13.7. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz ou pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência, não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.
- 13.8. Dos pagamentos devidos à Contratada serão retidos os impostos e contribuições de acordo com a legislação vigente.
- 13.9. Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto à Nota Fiscal/Fatura, a devida declaração, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 13.10. As eventuais multas impostas ao Contratado em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.
- 13.11. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Conab, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios devidos;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula $I = [(TX/100)/365]$;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação em atraso.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE**

- 14.1. Os preços são fixos e irrealizáveis durante a vigência do contrato, uma vez que o pagamento é único, após a entrega e aceite dos equipamentos.
- 14.2. O preço ofertado já leva em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como frete, tributos, transporte, entre outros.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. A contratada, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
- e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.

15.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com as dos incisos “b”, “c” e “d”.

15.3. O contratado que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

15.4. A aplicação das penalidades previstas neste item realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à Contratada, observando-se as regras previstas no RLC.

15.5. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

15.6. **Da sanção de advertência:**

15.6.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

15.6.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 16.4.

15.7. **Da sanção de multa:**

15.7.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser aplicada multa correspondente a 3% (três por cento) sobre o valor estimado para a contratação em questão;

b) em decorrência da prática por parte do proponente/contratado das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a contratação em questão;

c) pela recusa em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo Termo de Referência, deverá ser aplicada multa correspondente a 3% (três por cento) sobre o valor da contratação em questão;

d) multa moratória de 0,3 % (zero vírgula três por cento) por dia de atraso não justificado, ou com justificativa indeferida, a ser calculada sobre o valor total do item não fornecido, até o limite de 10% (dez por cento).

e) Esgotado o limite a que se refere a alínea anterior e a critério da Conab, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

f) multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada, no caso de inexecução parcial do contrato;

g) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato;

h) multa rescisória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do contrato;

15.7.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.7.3. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

15.8. **Da sanção de suspensão:**

15.8.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

15.8.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 579 a 580 do RLC e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

15.8.3. Em decorrência da prática por parte do proponente das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC, poderá ser aplicada a sanção **de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab.**

15.8.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da seleção.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos Arts. 568 a 572 do RLC.

16.2. A rescisão poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito da Conab;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e
- c) judicial, por determinação judicial.

16.2.1. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

16.2.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos art. 582 a 593 do RLC.

16.3. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta e no art. 574 do RLC:

- a) assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;
- b) execução da garantia contratual, quando houver, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e
- c) na hipótese de insuficiência da garantia contratual, quando houver, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab.

16.4. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

16.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES

18.1. A MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

18.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCOS – Anexo III do Termo de Referência.

18.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS – Anexo III do Termo de Referência.

18.4. A MATRIZ DE RISCOS – Anexo III do Termo de Referência constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

19.1. O presente Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas do artigo 510 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

19.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

19.4. Fica vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da contratada.

19.5. A CONTRATADA somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos – Anexo III do Termo de Referência.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONAB à continuidade do contrato.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS VEDAÇÕES

21.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- c) subcontratar, na íntegra ou parcialmente, o objeto licitatório.

22. 23. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

22.1. 23.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do RLC e no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

- a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação e contratação;
- c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;
- d) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

23.1. Consideram-se integrantes do presente Instrumento Contratual o Termo de Referência, objeto da Dispensa de Licitação n.º ____/2024 e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA, datada de ____/____/____, no que couber, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

24.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no RLC, na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos aplicáveis às empresas públicas e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

25.1. As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que este instrumento jurídico venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

PARÁGRAFO QUARTO. A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO QUINTO. A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.

PARÁGRAFO SEXTO. A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.

PARÁGRAFO SÉTIMO. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas da Conab e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

PARÁGRAFO OITAVO: As Partes “REVELADORA” e “RECEPTORA”, por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

26.1. A publicação do extrato do presente contrato deverá ser providenciada pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura no Diário Oficial da União, conforme disposto no art. 480 do RLC.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORO

27.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Rondônia, competente para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão deste Contrato, que não puderem ser resolvidas de comum acordo.

27.2. E, por estarem justos e contratados, assinam eletronicamente o presente instrumento de igual forma e teor para um só efeito legal, o qual após lido e achado conforme, segue assinado pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO IVANI NARCISO, Auxiliar de Operações - Conab**, em 05/07/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Farias Dias, Assistente Técnico Administrativo - Conab**, em 05/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO DIAS, Gerente de Área Regional - Conab**, em 05/07/2024, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON CONCEICAO GOMES, Superintendente Regional Substituto - Conab**, em 05/07/2024, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36132961** e o código CRC **1D568350**.

Referência: Processo nº.: 21219.000285/2023-06

SEI: nº.: 36132961